

E ditar, produzir e fazer circular livros que possam colaborar com a melhoria do ensino no Brasil, estabelecer uma ponte entre a produção do conhecimento e a sociedade. Promover a circulação do saber, enfim. Esta tem sido, desde o início, a preocupação da Editora Contexto.

Boa leitura!

Siga-nos:



www.editoracontexto.com.br



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
GEOGRAFIA CRÍTICA-RADICAL E A TEORIA SOCIAL	15
<i>Ana Fani Alessandri Carlos</i>	
PENSANDO A NOÇÃO DE PRÁTICA SOCIOESPACIAL	35
<i>Rafael Faleiros de Padua</i>	
A PRÁTICA SOCIOESPACIAL DA RESISTÊNCIA	53
<i>Fabiana Valdoski Ribeiro</i>	
CONFLITOS SOCIOESPACIAIS, SOCIOAMBIENTAIS E REPRESENTAÇÕES: DIMENSÕES DA ANÁLISE URBANA.....	65
<i>Danilo Volochko</i>	
ESCALAS GEOGRÁFICAS: INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO OU OBJETO DA INVESTIGAÇÃO?	89
<i>César Simoni Santos</i>	
AS CENTRALIDADES PERIFÉRICAS: DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL AO DIREITO À CIDADE.....	109
<i>Glória da Anunciação Alves</i>	
A PROPRIEDADE PRIVADA CAPITALISTA E AS TERRAS DE <i>NHANDERU</i>	125
<i>Camila Salles de Faria</i>	
A PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO NACIONAL: DA GÊNESE AOS FUNDAMENTOS DA PROPRIEDADE PRIVADA.....	139
<i>Gustavo Prieto</i>	
OS ORGANIZADORES	155
OS AUTORES.....	157

INTRODUÇÃO

O livro que o leitor tem em mãos traz uma longa história de reflexão e pesquisa que se mistura à história do Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (Gesp) e que se vincula a uma tradição do pensamento crítico na geografia urbana brasileira, estabelecida, sobretudo, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Essa trajetória se realiza a partir da crítica à Geografia, como momento que busca a superação de sua condição de disciplina especializada no conjunto das humanidades para considerá-la um nível de análise necessário à compreensão do mundo.

Esse caminho, que estamos chamando de *metageografia*, é a construção dialética de um horizonte de pesquisa em Geografia (portanto, não necessariamente urbana) que se delinea, fundamentalmente, a partir de dois elementos: a) a centralidade da categoria de *produção social do espaço*, cuja exigência teórica de se pensar a *práxis* social como socioespacial a partir da noção de produção/reprodução permite articular teoria e prática; e b) a tarefa da produção do conhecimento orientada pela categoria de *totalidade*, que traz a possibilidade de superar a elaboração do saber no âmbito de uma ciência parcelar, no caso, a Geografia. Com base nisso, a Geografia crítica radical do Gesp se desdobra através das obras de Karl Marx e de Henri Lefebvre, produzindo o que Maurício de Abreu chamou de uma Geografia “marxista-lefebvriana”.

Na origem do Gesp podemos situar o período de formação de Ana Fani Alessandri Carlos, que, na condição de estudante de pós-graduação, participou do grupo coordenado por José de Souza Martins no Departamento de Sociologia na FFLCH-USP. O chamado grupo do Martins durou de 1975 a 1992, período no qual foram realizadas leituras e discussões em torno das obras de Marx e de Lefebvre. Dessa rica “aventura

intelectual” faltava, porém, o mergulho nas obras de Lefebvre voltadas ao espaço, à cidade e ao urbano, o que foi cumprido no âmbito do Laboratório de Geografia Urbana (Labur): intento realizado e compartilhado entre Carlos e seus orientandos, bem como por outros grupos, também saídos da experiência com Martins, reunidos no mesmo laboratório.

A instalação do curso de Geografia da USP no âmbito da FFLCH permitiu que o diálogo interdisciplinar se fizesse presente na formação de grupos como o Gesp, orientando a ação e o pensamento em direção à noção de totalidade, como teoria e prática no seio das humanidades. Essa experiência abriu caminho para a construção de “uma geografia urbana crítica e radical” no contexto do Departamento de Geografia, desnudando novas frentes de investigação teórica e empírica. Tudo isso foi colocado em prática a partir de 1989 no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, com a condução de pesquisas e cursos e com a orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas também nas atividades da graduação e nas de orientação dos grupos de estudos.

O Gesp, herdeiro da tradição crítica e do debate de formação de orientação marxista-lefebvriana, é o grupo de investigação que se sedimenta e se formaliza em 2001, a partir do trabalho compartilhado entre a professora Ana Fani e seus orientandos. Dentre os organizadores e autores deste livro, pode-se identificar pelo menos três entre as possíveis quatro gerações do grupo que, ao longo desse período, vêm compondo o Gesp: a primeira geração aparece representada por Glória Alves e Isabel Pinto Alvarez; a segunda por César Simoni Santos; a terceira geração tem Rafael Faleiros de Padua, Danilo Volochko, Fabiana Valdoski Ribeiro e Camila Salles de Faria. Atualmente, o Gesp se amplia, congregando pesquisadores, como é o caso de Gustavo Prieto e de muitos outros que não aparecem neste livro, desdobrando-se, também, a partir de intercâmbios internacionais (dos quais um dos resultados está no volume III desta coleção).

Entretanto, pode-se constatar que o pensamento crítico é hoje residual na Geografia brasileira, fato que se estende às ciências humanas de maneira geral, sinalizando uma crise que se revela em certo desprezo pela teoria, bem como no pouco apreço à busca de fundamentos e determinações abstratas. Esse tipo de postura acaba por resultar na busca de modelos simplistas, que deixam escapar a complexidade do real. Em contraste com isso, este livro se insere no conjunto dos resíduos que atuam como o negativo do pensamento fácil e modelizado; é, portanto, avesso ao pragmatismo imposto pelo produtivismo que tem invadido o cenário da pesquisa e que rejeita a necessidade do tempo lento da reflexão.

De fato, o tempo lento da reflexão aposta na construção de um pensamento teórico sobre a realidade e sobre as possibilidades de sua superação. Assim, habitar o tempo, mergulhando naquilo que se esconde sob o manto da ideologia e do véu das

formas fenomênicas para focar as contradições que fundamentam a desigualdade vivida na sociedade brasileira, tem sido o desafio do Gesp. O objetivo do trabalho do grupo é ler tais contradições através e a partir das transformações do espaço metropolitano e tal objetivo supera, desse modo, a ideia de que este volume possa vir a ser entendido como uma coletânea de textos.

Nesse sentido, este livro espelha a produção de um conhecimento a partir da geografia do urbano: trata-se de um dos resultados da construção coletiva de um caminho e de um método alcançados pela pesquisa e reflexão de um grupo que se propõe a pensar a realidade a partir do espaço socialmente produzido. A prática acadêmica fundamentada na perspectiva de uma geografia crítica e radical advém das necessidades reais e concretas colocadas pela crise do mundo moderno, mas também, conforme já mencionado, advém de uma crise teórica que traz como exigência a crítica ao pensamento que simplifica e modeliza a compreensão da realidade.

Portanto, este volume IV da Coleção Metageografia é expressão do movimento da pesquisa conjunta e partilhada que visa produzir um conhecimento que, na melhor tradição da produção acadêmica – a do debate coletivo –, constrói a via que supera o modelo e se opõe insistentemente às estéreis padronizações do pensamento e à repetição infundável de fórmulas preconcebidas. Esse caminho se sustenta na tentativa de prolongar, para o século XXI, a construção teórica de Marx e de Lefebvre, uma vez que cada momento histórico abre um campo ilimitado de possibilidades, trazendo como consequência a necessidade de uma reflexão que o elucidie. Diante disso, pensar o mundo moderno com os autores, e a partir deles, é a tarefa que estamos construindo há mais de duas décadas.

Alguns desafios, nem sempre fáceis de serem resolvidos, afloram na pesquisa que realizamos. O primeiro deles é a necessidade de superar nossa condição de pensar o mundo encerrado nas contribuições de um único campo de conhecimento, no caso, o da Geografia. A metageografia é, assim, a possibilidade de pensar a Geografia a partir da noção de totalidade, rejeitando a extremada divisão do ato de conhecer a realidade em fragmentos. A totalidade como horizonte encontra na noção de produção social do espaço o ponto de união entre teoria social e prática. Este pensamento é orientado pela ideia de que a realidade vivida se coloca como construção social e histórica, na medida em que não existe uma sociedade a-espacial e que todas as relações que mantêm os homens vivos, produzindo história, realizam-se enquanto prática socioespacial. O segundo desafio é superar a dicotomia entre teoria e prática, uma vez que, no pensamento marxista, o conhecimento se compõe de conceitos, cujas relações apreendem o movimento dialético na realidade sem jamais esgotá-la. As contradições são reais, concretas, e, através do método, é possível apreendê-las em seu movimento, de tal modo que a prática se revela no plano fenomênico, mas só é compreendida na sua totalidade, isto é, através da teoria.

Assim sendo, este livro se debruça sobre o urbano, pois essa é a tendência da nossa sociedade sob o movimento do mundial, e a problemática urbana vai, aqui, revelando-se como espacial e também sob novas determinações. Algumas das colaborações deste volume têm como procedimento revisitar criticamente os conceitos da disciplina da Geografia. Outras procuram iluminar a dimensão conceitual do trabalho de uma crítica que se tece ao longo de anos, entre os debates e as inúmeras pesquisas. Há, ainda, aquelas que apontam soluções, além de superar o nível de compreensão até então estabelecido na dimensão conceitual, permitindo avançar na direção de um pensamento crítico e de um novo patamar de produção do conhecimento.

Carlos, no capítulo de abertura deste volume, constrói o caminho da crítica no âmbito da Geografia como movimento constitutivo da metageografia em sua perspectiva teórica, dando centralidade ao conceito de produção do espaço como momento da reprodução da sociedade. A autora constrói esse caminho através da tese segundo a qual a produção do humano requer a produção de um espaço onde se realiza, continuamente, a vida. Ela assinala que esse caminho se faz pelo movimento da dialética do mundo elaborando os conteúdos e conceitos definidores de uma Geografia crítica radical, no âmbito da teoria social, como necessidade de superar a crise do pensamento fragmentado pela perda da totalidade que permeia a análise geográfica sobre o mundo moderno (tendencialmente urbano).

Padua, a partir do conceito de *práxis*, na sequência, deriva a noção de prática socioespacial “como uma importante conquista do pensamento no sentido deste se colocar ativamente na realidade, como produto dela e como mediação para a sua transformação” a partir da Geografia. Em seu capítulo, o autor constrói a hipótese de que a prática socioespacial (*práxis*), ainda que totalizada/dominada pela reprodução social capitalista, não se fecha, não se reduz à mera reprodução, remetendo-nos à totalidade da reprodução da vida. Nesse movimento, o autor relaciona a prática socioespacial com a noção de reprodução das relações de produção. A potência da noção de prática socioespacial consiste em não se restringir aos sistemas parciais, remetendo-nos ao movimento da dialética da história, que envolve o momento da reprodução/repetição sem deixar de contemplar o ato de criação revelado nos usos do espaço. Com efeito, a noção de prática socioespacial para a Geografia remete ao modo como o espaço é produzido socialmente e, sobretudo, ao modo como ele é vivido: a dimensão da prática valoriza o vivido. Desse modo, a prática socioespacial visa apreender os conteúdos propriamente sociais da produção do espaço, reunindo nessa noção mais ampla as relações sociais produtoras e o espaço social produzido em seu movimento, em seu uso concreto.

Essa articulação, todavia, gera conflitos que ganham a forma de luta em torno do espaço em sua dimensão cotidiana, condição necessária para a realização da vida. No cotidiano estão localizadas as contradições que definem as formas de vida, o que

equivale a afirmar que, na prática, ele se revela na contradição entre o espaço tornado valor de troca e o espaço como uso. Sob a forma de mercadoria, o espaço urbano ganha novos conteúdos na metrópole e essa possibilidade se desdobra da análise de Padua para ganhar centralidade no texto de Ribeiro. Esta autora assinala que as transformações deste século vêm acompanhadas de novas contradições (como vão aparecendo nos demais capítulos deste livro), assim como de perdas para a sociedade no que se refere às possibilidades de realização da vida através da apropriação do mundo sob a lógica neoliberal. Tal lógica vai produzindo contradições espaciais passíveis de serem lidas no plano do vivido e do cotidiano, gerando lutas em torno do espaço urbano e por ele, momento em que, segundo Ribeiro, as resistências a essa lógica tornam-se prática incontornável para uma significativa parcela da sociedade. Assim, a resistência emerge como uma dimensão necessária do ato de viver e se transforma em prática socioespacial, num processo que revela a crise contemporânea. Portanto, a resistência como prática socioespacial, como um meio de retomar e dar sentido à vida, aparece em oposição frontal à vida de privações.

A dimensão do conflito, por sua vez, é posta em destaque por Volochko. Articulando a ela as dimensões socioambientais e das representações espaciais, o autor, sem se contentar com a complexidade das respostas e do caminho trilhado a partir de sua própria perspectiva teórico-metodológica, evoca o posicionamento de algumas outras importantes vertentes que vêm compondo o quadro interpretativo da ciência geográfica. A partir daí, ele procura estabelecer uma linha para o debate entre diferentes correntes do pensamento geográfico, organizado a partir das três dimensões conceituais postas em destaque. Após delinear alguns elementos teórico-metodológicos da perspectiva marxista-lefebvriana em relação à Geografia e, assim, sedimentar um ponto de partida para a construção desse debate, o recurso à experiência concreta coloca ao autor o desafio de lidar com as dimensões dos conflitos socioespaciais, das relações socioambientais e das representações espaciais. Nesse mergulho, após retomar a linhagem do debate sobre a cidade como negócio e lançar luz sobre as relações entre o Estado e a economia num processo de produção do espaço urbano que visa ao lucro, Volochko recupera o sentido utópico contido na noção de Direito à Cidade, enfatizando a dimensão corpórea da *práxis* no processo de apropriação do espaço como momento crítico relacionado ao conjunto das desposseções. O autor ainda põe em foco, sempre de uma perspectiva crítica, o debate acerca das noções de meio e de natureza, apontando o papel das concepções naturalistas e biocêntricas que se articulam a orientações de perfil neomalthusiano. No âmbito das representações do espaço, numa trajetória que parte de considerações sobre o vivido, o autor problematiza o sentido das cartografias sociais.

Revisitar categorias fundadoras da Geografia é o caminho que se apresenta no capítulo de Simoni-Santos, que recupera a noção de representação de uma perspec-

tiva crítica e que, dessa forma, dá continuidade ao debate já iniciado no capítulo de Volochko. Em seguida, o autor retoma com verticalidade a discussão sobre a dimensão conceitual da escala – a qual já havia sido apontada por Ribeiro – e efetua uma crítica à redução geométrico-cartográfica do conceito, a qual não se contenta com os aportes fenomenológicos e de perfil epistemologizante que tomaram a cena do debate conceitual sobre a problemática da escala na Geografia. A dimensão escalar é apresentada como uma dimensão pertinente à problemática da produção do espaço, uma dimensão, enfim, do próprio processo social concreto e da *práxis*. No que tange à relação entre teoria e prática, o debate sobre a escala envolve também a representação que se faz do real, entretanto não se esgota nela. O argumento forte do autor consiste na apresentação da ideia de que os processos sociometabólicos de produção do espaço envolvem concretamente processos de produção da escala, de redefinição das dimensões escalares e de reorganização das hierarquias entre escalas. Assim, a prática socioespacial dos movimentos sociais, dos agentes econômicos e dos atores políticos é considerada, na interação entre estes, o campo no qual o rearranjo escalar se opera como uma dimensão concreta da vida e dos processos sociais a partir de uma compreensão que supera a escala como momento exclusivo da representação.

Observando ainda os processos concretos de produção do espaço, as centralidades aparecem no capítulo de Alves como uma dessas dimensões materiais plenas de conteúdos sociais do espaço urbano. A *práxis*, o corpo e o vivido, assim como as instâncias política e econômica, não são estranhos às considerações de Alves sobre as centralidades urbanas. Essas dimensões teóricas e práticas aparecem compondo a dialética com a periferia e em seus conteúdos pertinentes aos processos de implosão-explosão, como aquilo que concentra e dispersa, estendendo-se e formando o tecido urbano desigual. Não só a autora não ignora as mudanças nos termos da “periferia”, na sua dialética em relação ao centro, mas também aponta a criação de centralidades nas áreas periféricas como parte do processo de reprodução do capital, que tem por princípio a desigualdade socioespacial. Este fato pontua a importância da propriedade privada no processo de reprodução do espaço metropolitano.

A propriedade é o tema do próximo capítulo deste livro, de autoria de Faria, que discute teórica e praticamente a propriedade privada. Na medida em que é o fundamento da desigualdade, a propriedade privada é, de fato, um produto histórico que permeia e fundamenta as relações sociais e que merece destaque na compreensão das contradições do espaço. A historicidade deste processo é, no capítulo, examinada na situação dos índios guarani, o elemento empírico que permite o salto analítico radical a partir do momento em que o desenvolvimento capitalista se impõe para subverter a lógica deste povo frente à terra e ao seu modo de vida – que está diretamente relacionado a ela –, em pleno confronto com a terra tornada mercadoria. A observação

atenta à reposição dos conteúdos da violência primeva revela um traço marcante da forma de ser das dinâmicas econômicas na periferia do capitalismo mundial.

Desse modo, o percurso deste livro vai elucidando possibilidades de compreensão da realidade a partir de uma análise cuidadosa e comprometida com a necessidade de construção de um projeto de mudança frente às privações vividas, que marcam o urbano como produto da extensão e desenvolvimento da lógica capitalista no processo de reprodução do espaço urbano. Sem a compreensão desta realidade, o projeto perde sua potência transformadora e acaba por reforçar o *status quo*. A contribuição que se espera com o conjunto do trabalho aqui reunido é a de somar esforços para a elucidação do urbano atual e, ao mesmo tempo, iluminar as possibilidades de sua transformação radical, uma transformação intransigente em relação à desigualdade, à pobreza e à exploração.

Com a preocupação em recuperar um longo e amplo debate a respeito da formação nacional no Pensamento Social e Político Brasileiro, Prieto, buscando os fundamentos deste movimento e certificando-se com o rigor do método de não se deixar ceder aos impulsos de uma abordagem puramente genética, dá continuidade ao debate sobre a propriedade iniciado por Faria. Ao recorrer aos fundamentos desse debate, o autor brinda-nos com uma releitura da história e do papel da propriedade da terra que são encontrados na dimensão territorial e rural da formação nacional, colocando desafios para a interpretação do processo de modernização brasileiro. Articulando as dimensões geopolíticas e geoeconômicas da formação nacional, Prieto nos esclarece que “o controle simultâneo da terra e do trabalho e a possibilidade de expansão espacial da nascente economia nacional garantiram a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, o que se consolidou na garantia de proteção absoluta da propriedade privada”. Desse modo, ao buscar os fundamentos da propriedade da terra no Brasil, o autor se depara com o fato de que dispositivos e estratégias de caráter fundamentalmente não capitalista tiveram de operar na base do funcionamento da moderna economia capitalista brasileira, sendo este o veículo e a forma fundamentais da inserção do território nacional no complexo regime de acumulação mundializado. Esses são os termos que encerram o desafio lançado neste livro para uma interpretação das relações entre o Brasil urbano contemporâneo e o mundo moderno. Se o domínio preciso dessa realidade passa por sua apropriação no âmbito do conceito, então o livro que ora se apresenta tem este propósito.

Ana Fani Alessandri Carlos
César Simoni Santos
Isabel Pinto Alvarez